



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Prof. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

MENSAGEM Nº 052/2023

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES
VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRELA D'OESTE/SP:**

Valho-me do presente, para encaminhar à apreciação dos Nobres Vereadores e Comissões desta Egrégia Câmara Municipal **EM REGIME DE URGÊNCIA**, o Projeto de Lei do Poder Executivo nº 052/2023, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Estrela d'Oeste para o Exercício Financeiro de 2024.

Esta de acordo com o disposto no parágrafo 2º do Artigo 165, da Constituição da República Federativa do Brasil, no Artigo 162 da Constituição Estadual, na Lei Complementar N.º 101/00 - LRF - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal institui normas gerais e diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município, compreendendo as metas, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 e nas recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, as prioridades e as despesas de capital da Administração Pública Municipal para o Exercício Financeiro de 2024.

Certos de que esta edilidade saberá avaliar nossa justificativa e o alcance do procedimento, antecipadamente agradecemos e, aguardando aprovação, subscrevemo-nos respeitosamente.

Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste, 06 de novembro de 2023.

MARCOS ANTONIO SAES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Vicente Aparecido Romero
Presidente da Câmara de Vereadores
Estrela d'Oeste/SP.

Câmara Municipal Estrela d'Oeste	
Protocolo nº	1815/2023
Em	06 / 11 / 23
Horário	14 : 24
Responsável	



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Prof. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

PROJETO DE LEI Nº 052/2023

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Estrela d'Oeste para o Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências"

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do Artigo 165, da Constituição da República Federativa do Brasil, no Artigo 162 da Constituição Estadual, na Lei Complementar N.º 101/00 - LRF - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal institui normas gerais e diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município, compreendendo as metas, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 e nas recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, as prioridades e as despesas de capital da Administração Pública Municipal para o Exercício Financeiro de 2024.

Artigo 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do Orçamento-Programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante no Anexo II- Programas, Metas e Ações, que faz parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2022 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrados em:

- I** - Tabela 1 – Metas Anuais;
- II** - Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III** - Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV** - Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V** - Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI** - Tabela 6 I – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII** - Tabela 6 II – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência do Município;
- VIII** - Tabela 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX** - Tabela 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X** - Tabela 9 – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
- Anexo I** - Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Artigo 3º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

Artigo 4º - A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2024, deverá observar:

- I. A Responsabilidade na Gestão Fiscal.
- II. As Diretrizes Gerais, para a Elaboração dos Orçamentos do Município, bem como as suas alterações.
- III. A Organização e a Estrutura dos Orçamentos.
- IV. Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência.
- V. A Execução Orçamentária.
- VI. A Instituição da Previsão e da Efetivação da receita.
- VII. As Despesas com Pessoal.
- VIII. Controle da Despesa Total com Pessoal.
- IX. A Dívida e o Endividamento.
- X. Os Limites da Dívida Pública.
- XI. A Recondição da dívida aos limites.
- XII. A Disponibilidade de Caixa.
- XIII. A Preservação do Patrimônio Público.
- XIV. A Transparência na Gestão Fiscal.
- XV. As Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal.
- XVI. O Orçamento da Administração Indireta.
- XVII. As disposições Finais.

CAPITULO II DA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL

Artigo 5º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos Princípios de Legalidade, Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade e Probidade Administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir as Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;

§ 2º - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, obedecer a Limites e Condições no que tange a:

- I. Renúncia de Receita.
- II. Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras.
- III. Dívidas Consolidada e Mobiliária.
- IV. Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita – ARO.
- V. Concessão de Garantia.
- VI. Inscrição em Restos a Pagar.

CAPITULO III DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO AS SUAS ALTERAÇÕES.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

Artigo 6º - O orçamento geral abrangerá o Poder Executivo, Legislativo e as entidades das Administrações Direta e Indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42 de 14/04/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais portarias editadas pelo Governo Federal e Estadual.

Artigo 7º - A Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da Receita e à fixação da Despesa.

Parágrafo Único - Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos Suplementares e contratação de Operações de Crédito, ainda que por Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

Artigo 8º - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base os índices de inflação dos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização do Governo Federal.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas ainda as modificações da legislação tributária municipal, incumbindo a Administração o seguinte:

- I- A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias.
- II- A expansão dos números de contribuintes.
- III- A atualização do cadastro imobiliário fiscal.
- IV- Maior austeridade na cobrança de débitos inscritos na dívida ativa, inclusive por meios jurídicos.
- V- Atualização da Planta Genérica de valores objetivando corrigir distorções.

§ 2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição em Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, nos termos da Lei 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º - A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Artigo 9º - O repasse de recursos públicos a entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, obedecerá ao disposto na legislação federal e municipal pertinentes, bem como nas instruções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 1º. O prazo para prestação de contas é de 30 (trinta) dias a contar do encerramento do exercício financeiro.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

§ 2º. Fica vedada a concessão de repasses financeiros às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como às que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

§ 3º - A Existência do recurso orçamentário não cria direito de recebimento e não gera direito subjetivo para a instituição.

Artigo 10 - O município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela E.C nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Artigo 11 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, compor-se-á de:

- I- Mensagem;
- II- Projeto de Lei Orçamentária.
- III- Tabelas explicativas da receita e despesa conforme determina a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 12 - O poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo se necessário incluir programas não elencados desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 13 - O poder Executivo mediante autorização Legislativa, poderá firmar convênios com outras esferas de governo e com entidades privadas, para desenvolver programas nas áreas de interesse do Município.

Artigo 14 - O poder Executivo enviará até 31 de outubro o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal que o apreciará até o final da última sessão legislativa do exercício corrente, devolvendo-o a seguir para sanção.

Artigo 15 - A Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, na forma da Lei Orgânica Municipal, para votar o projeto de lei orçamentária.

Parágrafo Único - Caso o projeto de lei orçamentária não seja votado até 31 de dezembro, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até que seja apreciado pela Câmara Municipal, na Base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Artigo 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências, até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, na forma do art. 167, VI da Constituição Federal.

CAPITULO IV



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Artigo 17 - Estão Vedados:

- I. O início de programas e projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.
- II. A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os Créditos Orçamentários ou Adicionais.
- III. A realização de Operações de Créditos que excedam o montante da despesa de capital, ressalvadas as autorizadas mediante Créditos Suplementares ou Especiais com finalidade precisa e aprovada pelo Poder Legislativo.
- IV. A abertura de Crédito Suplementar ou Especial sem a indicação dos recursos correspondentes.
- V. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um órgão para outro, sem prévia autorização Legislativa salvos os descritos nesta Lei.
- VI. A concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- VII. A utilização, sem autorização Legislativa específica, de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para suprir necessidade ou cobrir déficit do Poder Público Municipal.
- VIII. A Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização Legislativa.

Artigo 18 - Os Créditos Especiais e Extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o Ato de Autorização for promulgado nos últimos quatro meses, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao Orçamento do Exercício Financeiro subsequente.

Artigo 19 - A abertura de Crédito Extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de Guerra, Comoção Interna e Calamidade Pública.

Artigo 20 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas aos órgãos da administração direta e indireta que atuam na área de saúde, previdência e assistência social, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Artigo 21 - O Orçamento da Seguridade Social contará com recursos provenientes das transferências do Orçamento Fiscal do Município, de recursos transferidos pela União e pelo Estado através de programas, convênios, acordos e similares, e de recursos de outras fontes.

Parágrafo Único - Os recursos provenientes de transferências da União e do Estado, serão empregados de acordo com o Plano de Aplicação previamente estabelecido.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

CAPÍTULO V DO MONTANTE E DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Artigo 22 - A Reserva de Contingência será destinada ao atendimento de Passivos Contingentes, de Outros Riscos Fiscais e de Outros Eventos Fiscais Imprevistos.

Artigo 23 - O montante da Reserva de Contingência será de até 1% (um por cento) da RCL - Receita Corrente Líquida.

CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Artigo 24 - O Poder Executivo estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação dos Orçamentos, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Artigo 25 - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Artigo 26 - A Execução Orçamentária e Financeira identificará, exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, por meio de sistema de Contabilidade e Administração Financeira, os beneficiários de Pagamento de Sentenças Judiciais.

Artigo 27 - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, através dos quadros da LC 101-Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 28 - O município assegurará em seu orçamento anual percentuais de sua receita destinados a:

- I. Manutenção e desenvolvimento do ensino na forma e percentual de sua receita destinada.
- II. Ações básicas de serviços públicos de saúde.
- III. Diminuição das desigualdades sociais e econômicas.
- IV. Ampliação da política de oferecimento de empregos para deficientes.
- V. Criação de mecanismo que possam incentivar a instalação de novas empresas no município.
- VI. Pagamentos de sentenças judiciárias.
- VII. Incentivo a geração de empregos.
- VIII. Prioridade de atendimento à criança e ao adolescente.
- IX. Incentivo à criação de cooperativas.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

- X. Diagnostico sobre negócios e oportunidades com o objetivo de atrair novas empresas para o Município.
- XI. Criação de mecanismo que visem melhorar e/ou facilitar a geração de empregos destinados às pessoas com necessidades especiais.

CAPÍTULO VII

DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DE RECEITA

Artigo 29 - A instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de Tributos da competência Constitucional do Município (ISSQN, IPTU, ITBI, Taxas de Poder de Polícia, Taxas de Serviços Públicos e Contribuição de Melhoria) são requisitos essenciais da Responsabilidade na Gestão Fiscal e a sua inobservância é impeditiva para o recebimento de transferências voluntárias.

Artigo 30 - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na Legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico e de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de Demonstrativo de sua evolução nos últimos 03 (três) anos e de sua projeção, bem como da memória e metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Artigo 31 - A Prefeitura disponibilizará, para a Câmara de Vereadores e o Ministério Público, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua Proposta Orçamentária, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculo das receitas para o exercício subsequente e, até 30 (trinta) dias após a publicação do orçamento, o desdobramento das receitas para o exercício subsequente, em metas bimestrais de arrecadação.

Artigo 32 - A Renúncia de Receita compreende a anistia, a remissão de débitos cujo montante seja superior ao dos respectivos custos de cobrança, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção em caráter não geral, a diminuição de alíquota, a redução da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, desde que não seja caracterizado tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Artigo 33 - A concessão, ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, que compreenda renúncia de receita deverá estar acompanhada de Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro e de Medidas de Compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo e ou da criação de novo de tributo, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 02 (dois) seguintes.

Artigo 34 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que, além de compreender renúncia de receita, estiver acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem implementadas as medidas de compensação.

CAPÍTULO VIII DAS DESPESAS COM PESSOAL

Artigo 35 - As despesas com Pessoal da Administração Direta obedecerão às disposições contidas na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - O aumento de remuneração além dos índices inflacionários a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a criação de cargos ou alteração de estrutura administrativa direta ou indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder Público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas e os acréscimos dela decorrentes, até o final do exercício de acordo com o disposto no caput.

§ 2º - Os recursos necessários ao atendimento da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, previstos no inciso X art. 37 da constituição Federal, constarão da Lei Orçamentária em categoria de programação específica.

§ 3º - Os projetos de lei sobre alteração de estrutura, cargos, concessão de vantagens e aumento de remuneração da Administração Municipal, deverão ser acompanhados de manifestações do Departamento de Administração e Planejamento e do Departamento de Finanças em suas respectivas áreas de competência.

§ 4º - As despesas com pessoal do Município ficam vinculadas ao limite estabelecido no art. 19 da Lei nº101 de 04 de maio de 2000, ou seja, 60% (sessenta por cento) da receita Corrente Líquida, sendo este percentual repartido em 54% (cinquenta e quatro por cento) para o poder Executivo e 6% (seis por cento) para o poder Legislativo conforme art. 20, inciso III, da mesma Lei Federal.

Artigo 36 - A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.

Artigo 37 - Na verificação do atendimento ao limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida com a despesa total com pessoal, não serão computadas as despesas:

- I. De indenização por demissão de servidores ou empregados.
- II. Relativas à incentivos à demissão voluntária.
- III. Derivadas da convocação extraordinária da Câmara de Vereadores, pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou por requerimento da maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

- IV. Decorrentes de decisão judicial, desde que da competência de período anterior ao da apuração.
- V. Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados, da compensação financeira entre os diversos Regimes de Previdência Social, para efeito de aposentadoria, tendo em vista a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade.

CAPÍTULO IX

DO CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Artigo 38 - O ato que provoque aumento da despesa com pessoal, será considerado nulo de pleno direito, quando não for acompanhado de estimativa do impacto orçamentário financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subsequentes, de demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio, de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais da Lei Diretrizes Orçamentárias, das medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando proporcionar vinculação ou equiparação a qualquer espécie remuneratória, quando os gastos líquidos - diferença entre gastos previdenciários e a contribuição dos segurados - com aposentados e pensionistas superarem 12% (doze por cento) da Receita Corrente Líquida e quando expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do Prefeito ou do Presidente da Câmara de Vereadores.

Artigo 39 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa total com pessoal será realizada ao final de cada quadrimestre.

Artigo 40 - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido, são vedados ao poder ou ao órgão que houver incorrido no excesso:

- I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial, de determinação legal ou contratual ou de revisão geral anual.
- II. Criação de cargo, emprego ou função.
- III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- IV. Provimento de Cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- V. Contratação de hora extra.



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

Artigo 41 - Se a despesa total com pessoal exceder o limite estabelecido, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outras, as seguintes providências:

- I. Redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.
- II. Redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança - extinção de cargos e funções ou redução dos valores a eles atribuídos.
- III. Exoneração dos servidores não estáveis.
- IV. Exoneração dos servidores estáveis, desde que ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Parágrafo Único - O cargo objeto da redução será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 04 (quatro) anos.

CAPITULO X DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

Artigo 42 - A dívida pública consolidada ou fundada é o montante total apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude de Leis, Contratos, Convênios e Tratados, de realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, das operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses cujas receitas tenham constado do orçamento e os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Artigo 43 - A operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de Mútuo, Abertura de Crédito, Emissão e aceite de Título, Aquisição financiada de Bens, Recebimento antecipado de valores proveniente da venda a termo de bens e serviços, Arrendamento Mercantil e Outras Operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Parágrafo Único - Equipara-se a operação de crédito, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo Município.

Artigo 44 - A concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida pelo Município ou entidade a ele vinculada.

CAPÍTULO XI DOS LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

Artigo 45 - Os limites para o montante da dívida consolidada ou fundada, das operações de crédito externo e interno e a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno, são os fixados, pelo Senado Federal, em percentual da RCL - Receita Corrente Líquida, para cada esfera de Governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

Artigo 46 - A verificação do limite da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.

Artigo 47 - Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

CAPÍTULO XII DA RECONDUÇÃO DA DÍVIDA AOS LIMITES

Artigo 48 - Caso a dívida consolidada ou fundada, bem como as operações de crédito internas e externas do Município, ultrapasse os limites estabelecidos ao final de um quadrimestre, deverão ser a eles reconduzidas até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro quadrimestre.

Artigo 49 - No período em que perdurar o excesso, o Município:

- I. Estará proibida de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária, a não ser para o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;
- II. Deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Artigo 50 - Vencidos os prazos concedidos para os retornos da dívida consolidada ou fundada e a mobiliária, bem como das operações de crédito internas e externas aos limites estabelecidos, enquanto ainda perdurarem os excessos, o Município ficará, também, impedido de receber transferências da União ou do Estado.

CAPÍTULO XIII DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA

Artigo 51 - As disponibilidades de caixa do regime de previdências social próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos, ficarão depositadas em conta separadas das demais disponibilidades do ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não podendo ser em Títulos da dívida pública Estadual e Municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Prof. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

controladas pelo município e em Empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Município, inclusive as suas empresas controladas.

CAPÍTULO XIV DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Artigo 52 - A receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público não poderá ser aplicada para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência social próprio dos servidores públicos.

Artigo 53 - A receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, se não for destinada por lei ao regime de previdência social próprio dos servidores públicos, deverá ser aplicada para o financiamento de despesa de capital.

Artigo 54 - O ato de desapropriação de imóveis, somente poderão ser feitos com prévia e justa indenização em dinheiro ou prévio depósito judicial do valor da indenização, ou será considerado nulo de pleno direito.

CAPÍTULO XV DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

Artigo 55 - Os instrumentos de transparência da gestão fiscal são o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, as Prestações de Contas com seus Pareceres Prévios, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Artigo 56 - A transparência na Gestão Fiscal será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Artigo 57 - As contas apresentadas pelo Poder Executivo e Legislativo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara de Vereadores e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Artigo 58 - Os instrumentos de transparência na gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

CAPÍTULO XVI DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

Artigo 59 - As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal a serem observadas na elaboração e na execução da Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais, serão as constantes do Plano Plurianual do Município para o período de 2022-2025, observados os objetivos de longo prazo, devendo priorizar, especialmente, as ações voltadas para o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento administrativo e o desenvolvimento social.

Artigo 60 - O desembolso dos recursos financeiros consignados a Câmara Municipal, será feito até o dia 20 (vinte) de cada mês, sob a forma de duodécimos.

Artigo 61 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades constantes da Tabela XII - Programas, Metas e Ações que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

CAPITULO XVII DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Artigo 62 - Constarão da proposta orçamentária do Município, demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas do Instituto de Previdência Municipal de Estrela d'Oeste (IPREM).

Artigo 63 - O Orçamento anual do Instituto será aprovado por Decreto do Poder Executivo, após apreciação do Conselho de Administração, nos termos do Inciso VII, do Artigo 15 da Lei Complementar nº 45/2001 e Artigo 107 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPITULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 64 - Fica o Poder Executivo autorizado a custear as despesas de responsabilidade de outras esferas de governo, descritas no anexo I desta Lei, desde que firmados convênios, termos de acordo, ajustes ou congêneres e hajam recursos orçamentários disponíveis.

Artigo 65 - O Município fica autorizado a buscar, junto à União e ao Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Artigo 66 - A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à



Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal "Pref. Wilson Nogueira Lapa"

www.pmestrela.sp.gov.br

Rua Bahia, 639 - Jardim São Paulo - Fone: (17) 3833-9411 - CEP 15650-000 - CNPJ 45.112.224/0001-23

divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência na gestão fiscal.

Artigo 67 - A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das Instituições Financeiras Federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.

Artigo 68 - Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Câmara de Vereadores, bem como no caso de Estado de Defesa ou de Sítio, decretado na forma da Constituição e enquanto perdurar a situação, serão suspensas à contagem dos prazos e as disposições estabelecidas para a recondução da despesa total com pessoal do exercício corrente ao limite exigido e para a recondução da dívida consolidada ou fundada ao limite exigido, sendo dispensado da execução orçamentária e do cumprimento de metas o atendimento dos resultados.

Artigo 69 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único - Somente não serão objetos de limitações, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Artigo 70 - O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias será apreciado pela Câmara Municipal no prazo estabelecido pela Lei Orgânica do Município.

Artigo 71 - O Projeto da Lei Orçamentária Anual será devolvido para a sanção até o encerramento da última sessão legislativa do exercício corrente.

Artigo 72 - O Chefe do Executivo, através de Decreto, poderá baixar normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Artigo 73 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste/SP, 06 de novembro de 2023.


MARCOS ANTONIO SAES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026				R\$ 1,00
	Valor		% PIB	% RCL	Valor		% PIB	% RCL	Valor		% PIB	% RCL	
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100	
Receita Total	71.263.159,97	67.869.676,16	0,00	94,96	75.539.000,00	69.174.908,42	0,00	91,51	80.072.000,00	70.505.776,28	0,00	88,18	
Receitas Primárias (I)	71.263.159,97	67.869.676,16	0,00	94,96	75.540.000,00	69.175.824,18	0,00	91,51	80.074.000,00	70.507.537,33	0,00	88,19	
Receitas Primárias Correntes	71.233.159,97	67.841.104,73	0,00	94,92	75.508.000,00	69.146.520,15	0,00	91,47	80.040.000,00	70.477.599,32	0,00	88,15	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.994.955,57	10.471.386,26	0,00	14,65	11.655.000,00	10.673.076,92	0,00	14,12	12.355.000,00	10.878.944,77	0,00	13,61	
Transferências Correntes	56.250.000,00	53.571.428,57	0,00	74,96	59.625.000,00	54.601.648,35	0,00	72,23	63.203.000,00	55.652.120,32	0,00	69,61	
Demais Receitas Primárias Correntes	3.988.204,40	3.798.289,90	0,00	5,31	4.228.000,00	3.871.794,87	0,00	5,12	4.482.000,00	3.946.534,23	0,00	4,94	
Receitas Primárias de Capital	30.000,00	28.571,43	0,00	0,04	32.000,00	29.304,03	0,00	0,04	34.000,00	29.938,01	0,00	0,04	
Despesa Total	71.263.159,97	64.761.904,76	0,00	94,96	75.539.000,00	66.007.326,01	0,00	91,51	80.072.000,00	67.278.634,83	0,00	88,18	
Despesa Primárias (II)	68.000.000,00	64.761.904,76	0,00	90,61	71.080.000,00	66.007.326,01	0,00	87,32	76.407.000,00	67.278.634,83	0,00	84,15	
Despesa Primárias Correntes	67.100.000,00	63.904.761,90	0,00	89,42	71.126.000,00	65.133.699,63	0,00	86,16	75.395.000,00	66.387.538,74	0,00	83,03	
Pessoal e Encargos Sociais	37.000.000,00	35.238.095,24	0,00	49,31	39.220.000,00	35.915.750,92	0,00	47,51	41.574.000,00	36.607.142,86	0,00	45,79	
Outras Despesas Correntes	30.100.000,00	28.666.666,67	0,00	40,11	31.906.000,00	29.217.948,72	0,00	38,65	33.821.000,00	29.780.395,89	0,00	37,25	
Despesas Primárias de Capital	900.000,00	857.142,86	0,00	1,20	954.000,00	873.626,37	0,00	1,16	1.012.000,00	891.096,08	0,00	1,11	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) (III) = (I - II)	3.263.159,97	3.107.771,40	0,00	4,35	3.460.000,00	3.168.498,17	0,00	4,19	3.667.000,00	3.228.902,51	0,00	4,04	
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.781.529,79	1.696.695,04	0,00	2,37	1.823.752,05	1.670.102,61	0,00	2,21	1.864.056,97	1.641.357,57	0,00	2,05	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-15.914.560,57	-15.156.724,35	0,00	-21,21	-18.371.465,59	-16.823.686,44	0,00	-22,26	-22.460.953,83	-19.777.537,53	0,00	-24,74	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte / Informações complementares:

A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	R\$ 1,00	
	2024	2026
PIB nominal - R\$ Milhar	3.078.840.979	3.330.074.403
Receita Corrente Líquida - RCL	75.043.041	90.802.080

AMF – DEMONSTRATIVO 2

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2022		Metas Realizadas 2022		% PIB	% RCL	Variação	
	(a)	(b)	(c) = (b-a)	(c/a) x 100			Valor	%
Receita Total	51.030.000,00	62.218.992,20	85,24	103,93	0,00	103,93	11.188.992,20	21,93
Receitas Primárias (I)	44.803.300,00	58.869.366,86	74,84	98,34	0,00	98,34	14.066.066,86	31,40
Despesa Total	49.580.000,00	55.376.056,31	82,82	92,50	0,00	92,50	5.796.056,31	11,69
Despesas Primárias (II)	44.139.000,00	47.343.849,71	73,73	79,08	0,00	79,08	3.204.849,71	7,26
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	664.300,00	11.525.517,15	1,11	19,25	0,00	19,25	10.861.217,15	1634,99
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	1.781.529,79	0,00	2,98	0,00	2,98	1.781.529,79	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-13.168.656,23	-15.914.560,57	-22,00	-26,58	0,00	-26,58	-2.745.904,34	20,85
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte / Informações complementares:

A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R\$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2022	Valor Realizado 2022
PIB nominal - R\$ Milhar	2.768.082.228	2.768.082.228
Receita Corrente Líquida - RCL	26.750.000	59.865.707

Automatização, memória de cálculo e layout de impressão - Desenvolvimento: MetaPública.

AMF – DEMONSTRATIVO 3

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

AMF -- Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	0,00	62.218.992,20	0,00	0,00	-100,00	71.263.159,97	0,00	75.539.000,00	6,00	80.072.000,00	6,00	
Receitas Primárias (I)	0,00	58.869.366,86	0,00	0,00	-100,00	71.263.159,97	0,00	75.540.000,00	6,00	80.074.000,00	6,00	
Despesa Total	0,00	55.376.056,31	0,00	0,00	-100,00	71.263.159,97	0,00	75.539.000,00	6,00	80.072.000,00	6,00	
Despesas Primárias (II)	0,00	47.343.849,71	0,00	0,00	-100,00	68.000.000,00	0,00	72.080.000,00	6,00	76.407.000,00	6,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	0,00	11.525.517,15	0,00	0,00	-100,00	3.263.159,97	0,00	3.460.000,00	6,03	3.667.000,00	5,98	
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	1.781.529,79	0,00	0,00	-100,00	1.781.529,79	0,00	1.823.752,05	2,37	1.864.036,97	2,21	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	-15.914.560,57	0,00	0,00	-100,00	-15.914.560,57	0,00	-18.371.465,59	15,44	-22.460.933,83	22,26	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2.021	2.022	%	2.023	%	2.024	%	2.025	%	2.026	%	
Receita Total	0,00	65.908.578,44	0,00	0,00	-100,00	67.869.676,16	0,00	69.174.908,42	1,92	70.505.776,28	1,92	
Receitas Primárias (I)	0,00	62.360.320,31	0,00	0,00	-100,00	67.869.676,16	0,00	69.175.824,18	1,92	70.507.537,33	1,93	
Despesa Total	0,00	58.659.856,45	0,00	0,00	-100,00	67.869.676,16	0,00	69.174.908,42	1,92	70.505.776,28	1,92	
Despesas Primárias (II)	0,00	50.151.340,00	0,00	0,00	-100,00	64.761.904,76	0,00	66.007.326,01	1,92	67.278.634,83	1,93	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	0,00	12.208.980,32	0,00	0,00	-100,00	3.107.771,40	0,00	3.168.498,17	1,95	3.228.902,51	1,91	
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	1.887.174,51	0,00	0,00	-100,00	1.696.695,04	0,00	1.670.102,61	-1,57	1.641.357,57	-1,72	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	-16.858.294,01	0,00	0,00	-100,00	-15.136.724,35	0,00	-16.823.686,44	11,00	-19.777.537,53	17,56	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte / Informações complementares:

A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

AMF – DEMONSTRATIVO 4

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	9.829.206,51	16,20	9.829.206,51	20,54	9.829.206,51	26,46
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	50.837.008,39	83,80	38.018.036,08	79,46	27.315.693,86	73,54
TOTAL	60.666.214,90	100,00	47.847.242,59	100,00	37.144.900,37	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	21.471.822,95	-21,65	21.471.822,95	-21,34	21.471.822,95	-23,09
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-120.646.395,39	121,65	-122.087.397,59	121,34	-114.482.652,04	123,09
TOTAL	-99.174.572,44	100,00	-100.615.574,64	100,00	-93.010.829,09	100,00

Fonte / Informações complementares:

Informações extraídas do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

AMF – DEMONSTRATIVO 5

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2024

	R\$ 1,00		
	2022	2021	2020
RECEITAS REALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	3.643,21	214.953,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	214.953,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.643,21	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2022	2021	2020
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	156.550,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	156.550,00	0,00
Investimentos	0,00	156.550,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2022	2021	2020
	(g) = ((Ia - II(d) + III(h))	(h) = ((Ib - II(e) + III(i))	(i) = (Ic - III(f))
Saldo Financeiro - Exercício Anterior			0,00
VALOR (III)	62.046,21	58.403,00	0,00

Fonte / Informações complementares:

MUNICÍPIO DE ESTRELA DOESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

1.00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
	2020	2021	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
RECEITAS CORRENTES (I)	5.483.834,60	7.291.337,21	9.647.571,53
Receita de Contribuições dos Segurados	1.389.806,35	1.321.895,35	1.731.329,51
Civil	1.389.806,35	1.321.895,35	1.731.329,51
Ativo	1.310.365,29	1.239.687,05	1.392.214,10
Inativo	79.441,06	82.208,30	305.865,16
Pensionista	0,00	0,00	33.250,25
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.548.720,55	2.479.266,39	2.997.404,72
Civil	2.548.720,55	2.479.266,39	2.997.404,72
Ativo	2.548.720,55	2.479.266,39	2.997.404,72
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	871.202,32	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	871.202,32	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	674.107,38	3.498.175,17	4.918.837,34
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportas Periódicas para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ⁴	674.107,38	2.568.404,27	3.678.388,53
Demais Receitas Correntes	0,00	921.771,20	1.240.448,77
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Impulsums	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	4.809.729,22	4.722.932,94	5.949.183,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022

Benefícios - Civil	6.161.280,57	6.792.922,58	8.147.418,85
Aposentadorias	4.941.110,21	5.474.767,15	6.604.990,52
Penabes	1.220.170,36	1.318.155,43	1.542.428,33
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Penabes	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	6.161.280,57	6.792.922,58	8.147.418,85
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	-1.351.551,35	-2.069.989,64	-2.178.235,85

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	674.107,38	2.568.404,27	3.678.388,53
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	460.459,29	1.415,94	1.415,94
Investimentos e Aplicações	1.222.583,55	2.375.451,68	2.375.451,68
Outro Bens e Direitos	0,00	2.999,21	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliária	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00

Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00

Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
2020	2021	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS			
2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES	2.302.594,31	2.243.666,55	2.971.778,28
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	2.302.594,31	2.243.666,55	2.971.778,28

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS			
2020	2021	2022	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	108.945,24	106.674,53	334.722,17
Personal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	108.945,24	106.674,53	334.722,17
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	6.159,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	108.945,24	106.674,53	340.881,17

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	2.193.649,07	2.136.992,02	2.630.897,11
---	---------------------	---------------------	---------------------

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS			
2020	2021	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)			
2020	2021	2022	
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)			
2020	2021	2022	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (4 Exercício Anterior) + (c)
	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
	0,00	0,00	0,00	0,00

1 Como a Portaria MDS 746/2011 determina que os recursos provenientes de outros aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, esse receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser ajustado por meio da diferença entre previsto da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Fonte / Informações complementares:

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
Sd. Anterior				0
2024	3.681.080,11	6.680.166,63	-2.999.086,52	-2.999.086,52
2025	3.607.458,51	6.808.319,64	-3.200.861,13	-6.199.947,65
2026	3.531.996,37	6.876.402,83	-3.344.406,46	-9.544.354,11
2027	3.479.698,03	6.976.459,11	-3.496.761,08	-13.041.115,19
2028	3.413.358,47	7.109.434,04	-3.696.075,57	-16.737.190,76
2029	3.332.575,65	7.308.213,27	-3.975.637,62	-20.712.828,38
2030	3.224.043,49	7.478.016,71	-4.253.973,22	-24.966.801,60
2031	3.126.032,57	7.650.485,40	-4.524.452,83	-29.491.254,43
2032	3.025.739,03	7.891.432,59	-4.865.693,56	-34.356.947,99
2033	2.896.553,12	8.069.998,97	-5.173.445,85	-39.530.393,84
2034	2.791.320,55	8.217.798,01	-5.426.477,46	-44.956.871,30
2035	2.697.247,68	8.604.941,18	-5.907.693,50	-50.864.564,80
2036	2.505.187,38	8.827.886,08	-6.322.698,70	-57.187.263,50
2037	2.378.148,37	8.983.568,86	-6.605.420,49	-63.792.683,99
2038	2.206.423,94	9.385.864,90	-7.179.440,96	-70.972.124,95
2039	1.932.296,71	9.335.859,12	-7.403.562,41	-78.375.687,36
2040	1.794.920,29	9.642.542,56	-7.847.622,27	-86.223.309,63
2041	1.611.439,55	9.810.547,56	-8.199.108,01	-94.422.417,64
2042	1.482.236,63	10.089.573,09	-8.607.336,46	-103.029.754,10
2043	1.291.580,31	10.077.455,54	-8.785.875,23	-111.815.629,33
2044	1.126.610,28	10.174.524,14	-9.047.913,86	-120.863.543,19
2045	883.351,40	10.386.314,01	-9.502.962,61	-130.366.505,80
2046	650.236,46	10.487.152,79	-9.836.916,33	-140.203.422,13
2047	427.643,89	10.396.911,80	-9.969.267,91	-150.172.690,04
2048	231.385,89	10.303.431,62	-10.072.045,73	-160.244.735,77
2049		10.323.892,03	-10.323.892,03	-170.568.627,80
2050		10.384.251,94	-10.384.251,94	-180.952.879,74
2051		10.364.127,96	-10.364.127,96	-191.317.007,70
2052		10.220.166,03	-10.220.166,03	-201.537.173,73
2053		10.277.783,06	-10.277.783,06	-211.814.956,79
2054		10.541.033,13	-10.541.033,13	-222.355.989,92
2055		10.726.655,02	-10.726.655,02	-233.082.644,94
2056		10.705.719,52	-10.705.719,52	-243.788.364,46

2057	10.808.558,99	-10.808.558,99	-254.596.923,45
2058	10.697.685,75	-10.697.685,75	-265.294.609,20
2059	10.714.310,13	-10.714.310,13	-276.008.919,33
2060	10.729.762,69	-10.729.762,69	-286.738.682,02
2061	11.053.875,87	-11.053.875,87	-297.792.557,89
2062	11.027.438,99	-11.027.438,99	-308.819.996,88
2063	10.998.024,82	-10.998.024,82	-319.818.021,70

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)
Sd. Anterior				0
2024	3.681.080,11	6.680.166,63	-2.999.086,52	-2.999.086,52
2025	3.607.458,51	6.808.319,64	-3.200.861,13	-6.199.947,65
2026	3.531.996,37	6.876.402,83	-3.344.406,46	-9.544.354,11
2027	3.479.698,03	6.976.459,11	-3.496.761,08	-13.041.115,19
2028	3.413.358,47	7.109.434,04	-3.696.075,57	-16.737.190,76
2029	3.332.575,65	7.308.213,27	-3.975.637,62	-20.712.828,38
2030	3.224.043,49	7.478.016,71	-4.253.973,22	-24.966.801,60
2031	3.126.032,57	7.650.485,40	-4.524.452,83	-29.491.254,43
2032	3.025.739,03	7.891.432,59	-4.865.693,56	-34.356.947,99
2033	2.896.553,12	8.069.998,97	-5.173.445,85	-39.530.393,84
2034	2.791.320,55	8.217.798,01	-5.426.477,46	-44.956.871,30
2035	2.697.247,68	8.604.941,18	-5.907.693,50	-50.864.564,80
2036	2.505.187,38	8.827.886,08	-6.322.698,70	-57.187.263,50
2037	2.378.148,37	8.983.568,86	-6.605.420,49	-63.792.683,99
2038	2.206.423,94	9.385.864,90	-7.179.440,96	-70.972.124,95
2039	1.932.296,71	9.335.859,12	-7.403.562,41	-78.375.687,36
2040	1.794.920,29	9.642.542,56	-7.847.622,27	-86.223.309,63
2041	1.611.439,55	9.810.547,56	-8.199.108,01	-94.422.417,64
2042	1.482.236,63	10.089.573,09	-8.607.336,46	-103.029.754,10
2043	1.291.580,31	10.077.455,54	-8.785.875,23	-111.815.629,33
2044	1.126.610,28	10.174.524,14	-9.047.913,86	-120.863.543,19
2045	883.351,40	10.386.314,01	-9.502.962,61	-130.366.505,80
2046	650.236,46	10.487.152,79	-9.836.916,33	-140.203.422,13
2047	427.643,89	10.396.911,80	-9.969.267,91	-150.172.690,04
2048	231.385,89	10.303.431,62	-10.072.045,73	-160.244.735,77
2049		10.323.892,03	-10.323.892,03	-170.568.627,80
2050		10.384.251,94	-10.384.251,94	-180.952.879,74
2051		10.364.127,96	-10.364.127,96	-191.317.007,70
2052		10.220.166,03	-10.220.166,03	-201.537.173,73
2053		10.277.783,06	-10.277.783,06	-211.814.956,79
2054		10.541.033,13	-10.541.033,13	-222.355.989,92
2055		10.726.655,02	-10.726.655,02	-233.082.644,94
2056		10.705.719,52	-10.705.719,52	-243.788.364,46
2057		10.808.558,99	-10.808.558,99	-254.596.923,45
2058		10.697.685,75	-10.697.685,75	-265.294.609,20
2059		10.714.310,13	-10.714.310,13	-276.008.919,33

2060		10.729.762,69	-10.729.762,69	-286.738.682,02
2061		11.053.875,87	-11.053.875,87	-297.792.557,89
2062		11.027.438,99	-11.027.438,99	-308.819.996,88
2063		10.998.024,82	-10.998.024,82	-319.818.021,70

Fonte / Informações complementares:

Valores extraídos do cálculo atuarial do RPPS.

Automatização, memória de cálculo e layout de impressão - Desenvolvimento: Me

AMF - DEMONSTRATIVO 7

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2024

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	Carater Não Geral	LC n° 90/2009 e n° 216/2023	953.343,85	991.382,27	1.030.938,42	Estimativa da Receita para o Exercício de 2024.
TAXAS	Carater Não Geral	LC n° 90/2009 e n° 216/2023	85.779,00	89.201,58	92.760,73	Estimativa da Receita para o Exercício de 2024.
		TOTAL	1.039.122,85	1.080.583,85	1.123.699,15	

Fonte/Informações complementares: Setor de Tributos, Lei Complementar n° 90/2009 e n° 216/2023.

AMF - DEMONSTRATIVO 8

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fonte / Informações complementares: Não há previsão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

ARF - DEMONSTRATIVO ÚNICO

MUNICÍPIO DE ESTRELA D'OESTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2024

PASSIVOS CONTINGENTES		Valor	PROVIDÊNCIAS		Valor
Descrição	Valor		Descrição		
Demandas Judiciais					
Dívidas em Processo de Reconhecimento					
Avais e Garantias Concedidas					
Assunção de Passivos					
Assistências Diversas					
Outros Passivos Contingentes	0,00				
SUBTOTAL		0,00	SUBTOTAL		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		Valor	PROVIDÊNCIAS		Valor
Descrição	Valor		Descrição		
Frustração de Arrecadação					
Restituição de Tributos a Maior					
Discrepância de Projeções:					
Outros Riscos Fiscais					
SUBTOTAL		0,00	SUBTOTAL		0,00
TOTAL		0,00	TOTAL		0,00

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

Fonte / Informações complementares: Não há previsão de Riscos Fiscais.



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)
2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa Descrição

0001 MANUTENCAO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Metas

Indicadores
Município de Estrela d'Oeste

Indicador	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
	PORCENTAGEM PORCENTAGEM	100	100

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
----------	-------------	------------	--------	-----------	----------	-----------	-----------	------	-------

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020501 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

2107 Manutenção da Agricultura e Meio Ambiente

20 Agricultura

605 Abastecimento

01

TESOURO

00

Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020501 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

2107 Manutenção da Agricultura e Meio Ambiente

20 Agricultura

605 Abastecimento

01

TESOURO

00

Recursos Ordinarios

4

DESPESAS DE CAPITAL

Total Geral do Programa:

211.000,00



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)
2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa Descrição

0002 MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

Metas

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta	Valor		
ALUNOS DA EDUCACAO BASICA, SUPERIOR E TECNICO	ALUNOS	25	25				
Ações							
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.						
	020701	DIVISAO DE EDUCACAO BASICA					
		1002	Reformas e Ampliações de Prédios da Educação				
		12	Educação				
			361	Ensino Fundamental			
			01	TESOURO			
				00	Recursos Ordinarios		
					4	DESPEAS DE CAPITAL	

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.						
	020701	DIVISAO DE EDUCACAO BASICA					
		1002	Reformas e Ampliações de Prédios da Educação				
		12	Educação				
			365	Ensino Infantil			
			01	TESOURO			
				00	Recursos Ordinarios		
					4	DESPEAS DE CAPITAL	

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.						
	020701	DIVISAO DE EDUCACAO BASICA					
		2113	Manutenção do Ensino Infantil				
		12	Educação				
			365	Ensino Infantil			
			01	TESOURO			
				00	Recursos Ordinarios		
					3	DESPEAS CORRENTES	



Prefeitura Municipal de Estrela do Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)

2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa Descrição

0003 EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Metas

Indicadores	Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro	Meta	Valor
Município de Estrela d'Oeste									PORCENTAGEM PORCENTAGEM	100	100	100	10.091.000,00
Ações													
	0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.											
	020501	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS											
	15	Manutenção dos Serviços Públicos											
	Urbanismo												
	452	Serviços Urbanos											
	01	TESOURO											
	00	Recursos Ordinarios											
	3	DESPESAS CORRENTES											

	0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.										0	39.000,00
	020501	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS											
	2105	Manutenção dos Serviços Públicos											
	15	Urbanismo											
	452	Serviços Urbanos											
	01	TESOURO											
	00	Recursos Ordinarios											
	4	DESPESAS DE CAPITAL											

	0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.										100	960.000,00
	020501	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS											
	2106	Execução de Obras Publicas											
	15	Urbanismo											
	451	Infra Estrutura Urbana											
	01	TESOURO											
	00	Recursos Ordinarios											
	3	DESPESAS CORRENTES											



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)

2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa	Descrição
0004	MANUTENCAO DA CULTURA, ESPORTE E LAZER

Metas		Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Valor
		PROMOÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E LAZER	PORCENTAGEM PORCENTAGEM	100	100	
Ações						
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ. Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.	020704	COORDENADORIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER			
		2120	Manutenção e Apoio a Cultura, Esporte e Lazer			2.605.500,00
			Desporto e Lazer			
			812	Desporto Comunitário		
				01	TESOURO	
					00	
						Recursos Ordinarios
						3
						DESPESAS CORRENTES

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.	020704	COORDENADORIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER			
		2120	Manutenção e Apoio a Cultura, Esporte e Lazer			10.000,00
			Desporto e Lazer			
			812	Desporto Comunitário		
				01	TESOURO	
					00	
						Recursos Ordinarios
						4
						DESPESAS DE CAPITAL

Total Geral do Programa:						2.615.500,00



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)

2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa Descrição

0005 GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL

Metas

Indicadores
ATENDIMENTO A FAMILIA DE BAIXA RENDA

Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
FAMILIAS	100	100
FAMILIAS		

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
----------	-------------	------------	--------	-----------	----------	-----------	-----------	------	-------

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020102 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

2130 Manutenção do Fundo Municipal de Solidariedade

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

03 RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS

00 Recursos Ordinários

3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020103 CONSELHO TUTELAR

2503 Manutenção do Conselho Tutelar

08 Assistência Social

243 Assistência à Criança e ao Adolescente

01 TESOUREO

00 Recursos Ordinários

3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020103 CONSELHO TUTELAR

2503 Manutenção do Conselho Tutelar

08 Assistência Social

243 Assistência à Criança e ao Adolescente

01 TESOUREO

00 Recursos Ordinários

4 DESPESAS DE CAPITAL



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

2024

Programa Descrição

0006 MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA SAUDE

Metas

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADES	100	100
USUARIOS DO SUS	PESSOAS	100	100

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Mela	Valor
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.							2	178.000,00

020601 SECRETARIA DE SAUDE

1001 Reformas e Ampliações de Prédios da Saúde

10 Saúde

301 Atenção Básica

01 TESOUREO

00 Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020601 SECRETARIA DE SAUDE

2108 Manutenção dos Serviços de Saúde

10 Saúde

301 Atenção Básica

01 TESOUREO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.

020601 SECRETARIA DE SAUDE

2108 Manutenção dos Serviços de Saúde

10 Saúde

301 Atenção Básica

01 TESOUREO

00 Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL

0

11.000,00

8400

7.470.500,00



Prefeitura Municipal de Estrela do Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)

2024

0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO OESTE.	020601	SECRETARIA DE SAUDE	2504	Vigilância em Saúde	10	Saúde	304	Vigilância Sanitária	01	TESOURO	00	Recursos Ordinários	3	DESPESAS CORRENTES	0	22.000,00
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO OESTE.	020601	SECRETARIA DE SAUDE	2504	Vigilância em Saúde	10	Saúde	304	Vigilância Sanitária	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	00	Recursos Ordinários	3	DESPESAS CORRENTES	1	125.000,00

Total Geral do Programa: 16.240.000,00



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)
2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa Descrição
0009 Manutenção dos Benefícios Previdenciários

Metas		Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta	Valor
		Ações Administrativas	UND	UNIDADE			
Ações							
0004	IPREM de Estrela D Oeste	Proj.Ativ. Função	FonGrupo	FonCódigo	Categoria		
030101	GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	09	00	04	00	100	8.246.088,78
	2026 Manutenção Benef. Previdenciário	09	00	04	00		
	Previdência Social	272	00	04	00		
	Previdência do Regime Estatutário	04	00	04	00		
	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	00	00	04	00		
	Recursos Ordinários	3	00	04	00		
	DESPESAS CORRENTES	3	00	04	00		

0004	IPREM de Estrela D Oeste	Gestão Regime Previdenciário	09	04	00	100	273.000,00
030101	GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	09	00	04	00		
	2027	Previdência Social	272	00	04		
	Previdência do Regime Estatutário	04	00	04	00		
	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	00	00	04	00		
	Recursos Ordinários	3	00	04	00		
	DESPESAS CORRENTES	3	00	04	00		

0004	IPREM de Estrela D Oeste	Gestão Regime Previdenciário	09	04	00	100	6.433,68
030101	GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	09	00	04	00		
	2027	Previdência Social	272	00	04		
	Previdência do Regime Estatutário	04	00	04	00		
	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	00	00	04	00		
	Recursos Ordinários	4	00	04	00		
	DESPESAS DE CAPITAL	4	00	04	00		



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)
 2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

0004	IPREM de Estrela D Oeste	0	51.000,00
030101	GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA		
2999	Reserva de Contingência		
99	Reserva de Contingência		
999	Reserva de Contingência		
04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
00	Recursos Ordinários		
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		

Total Geral do Programa: 8.576.522,46

Programa Descrição

0010 Administração e Manutenção do Legislativo Municipal

Metas

Indicadores
 AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Índice Recente 100
Índice Futuro 100

Unidade de Medida
 UNIDADE UNIDADE

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meia	Valor
0003	CAMARA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE							1	1.540.000,00
010101	CÂMARA MUNICIPAL								
2001	Administração e Manutenção do Legislativo Municipal								
01	Legislativa								
031	Ação Legislativa								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinários								
3	DESPESAS CORRENTES								

Total Geral do Programa: 1.540.000,00



Prefeitura Municipal de Estrela D Oeste - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2024 - Situação em 01/01/2024)
2024

Lei: 9999, Data: 05/10/2023

Programa Descrição		Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro	Meta	Valor
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	Indicadores	PORCENTAGEM PORCENTAGEM	100	100		
Metas							
RESERVA DE CONTINGENCIA							
Ações							
0002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE.	Entidade	FonCódigo	FonGrupo	SubFunção	Função	Proj.Ativ.
029901	RESERVA DE CONTINGENCIA						
2999	Reserva de Contingência						
99	Reserva de Contingência						
999	Reserva de Contingência						
01	TESOURO						
00	Recursos Ordinários						
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Total Geral do Programa:							55.000,00

Notas Explicativas

Total Geral da LDO: 76.592.522,46